



REDES MIGRATÓRIAS ENQUANTO MECANISMOS DE APOIO AO RETORNO NO PROJETO MIGRATÓRIO

Isabela Bento dos Santos¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir a migração internacional de retorno ao Brasil através da abordagem de redes migratórias e sociedade em rede. Parte-se do pressuposto que as redes migratórias, ampliadas e difundidas pela sociedade em rede, são mecanismos de apoio neste processo. Foram realizadas revisão bibliográfica e análise documental. Observamos que os fluxos migratórios internacionais estruturam-se a partir de redes, estas envolvendo uma multiplicidade de atores e laços relacionados à migração, tais como indivíduos, grupos, famílias, instituições, que desempenham função de suporte ao migrante em seu retorno ao Brasil.

Palavras-chave: Migração Internacional de Retorno; Redes Migratórias; Sociedade em Rede; Mecanismos de apoio.

¹ Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. E-mail: isabela.bento.santos@gmail.com.



MIGRATION NETWORKS AS SUPPORT MECHANISMS TO THE RETURN IN THE MIGRATORY PROJECT

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss international return migration to Brazil through the approach of migration networks and network society. It is assumed that migration networks, expanded and widespread by the network society, are support mechanisms in this process. Literature review and document analysis were conducted. We noted that international migration flows are structured through networks, which comprises a multiplicity of actors and ties related to migration, such as individuals, groups, families, institutions that play a support role to the migrants when returning to Brazil.

Keywords: International Return Migration; Migration Networks; Networks Society; Support Mechanisms.



Introdução

O Censo Demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010 apontou entrada significativa de imigrantes internacionais no Brasil. Estas informações também evidenciaram que tal fluxo migratório, na primeira década dos anos 2000, não era composto apenas por estrangeiros, mas também por brasileiros que retornaram ao país após terem vivido no exterior como imigrantes. Os dados mostraram que do total de imigrantes que entraram no Brasil no período, 65,5% eram nacionais, isto é, migrantes brasileiros que retornaram do exterior (BOTEGA; CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2015).

O Portal do Retorno destaca que “a decisão de retornar ao Brasil após anos morando no exterior como imigrante não é simples. Muitos fatores devem ser levados em consideração: trabalho, família, finanças, entre outros” (BRASIL, 2016a), o que implica adaptações, negociações e conciliações com o grupo local. Assim como ocorre na emigração, estão presentes no retorno mecanismos de apoio que atuam de forma a viabilizar e facilitar este fluxo. Neste artigo, o foco está nas redes migratórias enquanto mecanismo de apoio ao retorno.

Campos (2015) explica que redes migratórias são redes sociais específicas conectadas ao contexto da migração. Assim, abrangem as relações de grupos sociais, indivíduos, famílias e organizações envolvidas no processo migratório. Dessa maneira, o papel que desempenham é de auxiliar os deslocamentos populacionais entre países, já que atuam principalmente reduzindo incertezas relacionadas ao processo.

Na atualidade, em que observamos o estabelecimento das redes migratórias e consequentemente das migrações internacionais, pode ser percebido um “complexo de processos e forças de mudança, que [...] pode ser sintetizado sob o termo “globalização” (HALL, 2003, p. 67). A globalização ocorre sobretudo em decorrência de inovações tecnológicas e científicas, em curso desde meados do século XX, através das quais os contatos e trocas de informações entre as sociedades tem se intensificado de modo a promover um crescente processo de integração (FEATHERSONE, 1996). Nesta conjuntura, insere-se o debate sobre a sociedade em rede, que segundo Castells e Cardoso (2006) é o ponto de partida para a abordagem das questões sociais, políticas, culturais e econômicas da atualidade, sendo a tecnologia condição necessária para esse novo formato de organização social.



Isto posto, este artigo tem como proposta discutir a migração internacional de retorno ao Brasil a partir da abordagem de redes migratórias e sociedade em rede, considerando tais redes como mecanismos de apoio ao retorno. Com este objetivo, será realizada revisão bibliográfica sobre as temáticas: retorno, redes migratórias e sociedade em rede; também será feita análise documental, com foco na Organização Internacional para Migrações (OIM), no Ministério das Relações Exteriores (MRE) e no Ministério do Trabalho (MTE) e Ministério da Previdência Social (MPS), com o intuito de apresentar e discutir os mecanismos de apoio que estas instituições oferecem aos migrantes retornados.

O artigo apresenta inicialmente uma discussão teórica e conceitual sobre a migração internacional de retorno no contexto brasileiro, após a realização do Censo Demográfico do IBGE de 2010. Posteriormente seguem-se ponderações sobre as redes migratórias no contexto da sociedade em rede e como elas desempenham a função de apoio ao retorno. Nesse sentido, apresentam-se mecanismos de apoio institucionais ao retorno e reflexões possibilitadas a partir da discussão realizada. Nas considerações finais, são apresentadas as conclusões elucidando que as redes migratórias, difundidas cada vez mais pela sociedade em rede, podem ser consideradas como mecanismos de apoio ao retorno.

O Brasil no caminho dos fluxos migratórios internacionais e a migração de retorno

O debate sobre as migrações internacionais no Brasil se mescla com a própria história do país, marcada “pela formação do Estado nacional permeada por um sistema mundial produzido, entre outras coisas, pela expansão do colonialismo e do capitalismo, e pela imigração em massa de europeus” (SEYFERTH, 2011, p. 48). Ressalta-se que esse fluxo predominantemente europeu, e que posteriormente foi marcado pela vinda de japoneses, era caracterizado pelo ideal do colono/imigrante ideal, ou seja, aqueles aptos ao trabalho agrícola, que tinham amor ao trabalho e à família e respeito às autoridades (SEYFERTH, 2002).

Na década de 1980, o fenômeno migratório no Brasil se inverte, com um número crescente de brasileiros emigrando, sobretudo para Estados Unidos, Japão e países europeus. Acontecimento que se deu devido à crise brasileira que levou a economia do país à estagnação, com paralisação de investimentos e altas taxas de desemprego (OLIVEIRA,



2013). Ressalta-se que o número de brasileiros emigrados varia, considerando a fonte das estimativas, e conseqüentemente suas metodologias e limitações. Por exemplo, de acordo com a OIM seriam de 1 a 3 milhões de emigrantes. O MRE fala em 2 a 3,7 milhões de pessoas (OLIVEIRA, 2013) e o IBGE estima 500 mil (BRASIL, 2016). Com tais números expressivos, os fluxos migratórios ganharam espaço na agenda das políticas públicas, tanto em relação aos brasileiros emigrados no exterior, quanto aos estrangeiros imigrantes no Brasil.

Apesar das décadas de 80 e 90 terem se caracterizado pela saída de brasileiros, o Censo 2010 do IBGE, referente ao quinquênio 2005-2010, mostrou que a entrada de imigrantes no Brasil aumentou substancialmente – de 143.644 para 268.295, quase 87% a mais se comparado ao quinquênio 2000-2005 (OLIVEIRA, 2013). Do total de imigrantes que entraram no Brasil no período, 65,6% (ou 174.597) eram os próprios brasileiros, a maioria tendo morado anteriormente nos Estados Unidos, no Japão e em Portugal (BOTEGA; CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2015).

Uma das razões foi que o Brasil, no início dos anos 2000, apresentava uma estabilidade econômica que favoreceu o desenvolvimento do país. Ainda, a crise econômica de 2008 afetou os países desenvolvidos e todo o sistema financeiro mundial, desencadeando transformações nos fluxos de pessoas entre os países. Não apenas imigrantes estrangeiros vieram para o Brasil, como também imigrantes brasileiros retornados. Conceitualmente, esses imigrantes, mesmo nacionais, são considerados como migrantes internacionais de retorno (OLIVEIRA, 2013, p. 197).

Pereira e Siqueira (2013) discutem que não estão presentes apenas determinantes econômicos nos projetos de retorno, mas também as dimensões emocional, afetiva e familiar. Estas “interagem com a dimensão econômica na tomada de decisão de retornar, constituindo elemento muitas vezes central no processo de retorno” (PEREIRA; SIQUEIRA, 2013, p. 119), o que foi observado empiricamente por Castro e Fernandes (2013) em pesquisa com retornados em Minas Gerais e Rondônia.

Sayad (2000) argumenta que o retorno, sendo um elemento constitutivo da condição do imigrante, é naturalmente o sonho de todos eles, conferindo ao processo migratório um sentimento de nostalgia e saudade em relação à terra natal. Esses sentimentos funcionam



como elo entre o passado no Brasil e o presente no país de destino, mantendo viva alguma forma de contato com a terra natal a partir das memórias e dos laços afetivos, bem como de um imaginário construído sobre o Brasil (ASSIS, 1999), que pode influenciar a decisão pelo retorno.

O regresso à origem não apresenta apenas a dimensão espacial, mas também a temporal, uma vez que, concretizado o retorno ao espaço anterior, não é possível retornar ao mesmo tempo da partida. Ainda, o retorno questiona o suposto caráter unidirecional e definitivo da migração, e por essa razão ele deve ser também considerado pelas políticas migratórias (DURAND, 2006). “A decisão de retornar, de voltar à terra natal, é uma resolução semelhante a que se toma no momento da partida. É possível afirmar que o processo migratório se reinicia no sentido inverso” (DURAND, 2006, p. 168).

Em convergência, para Menezes (2012) as migrações são um fenômeno de mobilidade e apresentam heterogeneidade, considerando fatores como motivações e duração. Todavia, essa “condição de mobilidade não expressa, portanto, desenraizamento, desagregação familiar, mas, antes, uma permanente recomposição e resignificação de suas redes de relações sociais” (MENEZES, 2012, p. 26). Assim, observa-se que a emigração não representa necessariamente a interrupção dos laços familiares e sociais. Ainda, uma nova questão surge no contexto das migrações, de acordo com Pereira e Siqueira (2013): a circularidade, não sendo o retorno o fim do projeto migratório. A migração circular se caracteriza por um retorno temporário e manutenção dos laços tanto com o país de emigração (origem) quanto com o país de imigração (destino), estando sempre aberta uma nova possibilidade de emigrar.

O fenômeno migratório a partir de uma abordagem de redes

Na compreensão das migrações como processos sociais é fundamental a noção de redes (TRUZZI, 2008), uma vez que no geral os eventos migratórios tendem a ocorrer não isoladamente, mas conectando indivíduos e grupos que possuem alguma ligação em comum, como parentesco e conterraneidade. Segundo categorias das migrações estabelecidas por Tilly (1978) *apud* Truzzi (2008, p. 200), observa-se nítida relação entre as redes e as migrações em



cadeia, “que envolvem o deslocamento de indivíduos motivados por uma série de arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino”. Nesta perspectiva, Massey (1988) esclarece que:

a formação de redes é provavelmente o mais importante mecanismo estrutural causador da migração internacional. As redes migratórias são um complexo de laços interpessoais que conectam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e destino a partir de vínculos de parentesco, amizade e compartilhamento de uma origem comum (MASSEY, 1988, p. 396, tradução nossa).

Assim, Truzzi (2008) enfatiza a relevância das redes uma vez que as relações e trocas de informações que a partir dela se desenvolvem são determinantes na decisão de emigrar e de retornar aos países de origem. Neste sentido, deslocar-se de um país para outro envolve um ritual de separação de um ambiente conhecido para a incorporação de outros valores, regras e normas que mesmo que já sejam conhecidos, em teoria, na prática caracterizam-se como novidades para o imigrante. Todavia, tal ritual não pressupõe desvencilhamento do país que se deixa, mesmo porque este acaba por tornar-se referência nas práticas cotidianas dos imigrantes. Dessa maneira, as redes fornecem apoio e confiança encorajando os migrantes em suas experiências de deslocamento e estabelecimento em outro país, e também para o eventual retorno.

Campos (2015) ressalta que as redes sociais migratórias são facilitadoras dos deslocamentos demográficos já que reduzem os graus de incerteza envolvidos no processo, através da difusão de informações sendo, portanto, consideradas como mecanismos de apoio dos fluxos migratórios. Ao tratar do retorno, Soares (2009) argumenta que nas redes migratórias internacionais “verifica-se que os retornados, tanto quanto os arranjos familiares, ocupam posições estruturais basilares para a organização e sustentação dos sistemas de migração” (SOARES, 2009, p. 48). Essa discussão insere-se na abordagem de sociedade em rede, proposta por Castells (2006). O autor define sociedade em rede como

uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. A rede é a estrutura formal. É um sistema de nós interligados (CASTELLS, 2006, p. 20).



Além disso, Castells (2006) considera que a sociedade em rede é o ponto de partida para a abordagem das questões sociais, políticas, culturais e econômicas da atualidade, sendo a tecnologia condição necessária para esse novo formato de organização social. A novidade nesta sociedade emergente não seria a informação ou o conhecimento disseminado, mas sim a forma como isso tem ocorrido, a partir de uma base microeletrônica de redes tecnológicas, que transcende fronteiras.

Neste sentido, considerando a contribuição de Castells observa-se que as redes migratórias são em grande parte viabilizadas e fortalecidas pela emergência da sociedade em rede, pelas possibilidades de difusão e circulação das informações entre os agentes e instituições inseridos nessas redes, de modo a sustentar os fluxos migratórios internacionais entre sociedades de origem e destino.

Mecanismos institucionais de apoio ao retorno no projeto migratório

Além de redes migratórias constituídas por relações de amizade, parentesco ou apenas de conterraneidade nos círculos de relacionamento dos migrantes, consideramos que as redes também são constituídas por instituições que atuam com políticas de apoio ao migrante que pretende retornar. Para este artigo, selecionamos quatro instituições que apresentam iniciativas que visam auxiliar os migrantes para reinserção no mercado de trabalho e restabelecimento de suas vidas no Brasil: MRE, OIM, MTE e MPS.

Em 2010, o MRE elaborou a Cartilha “Guia de Retorno ao Brasil – Informações úteis sobre serviços e programas de acolhimento²”, com o objetivo de facilitar e orientar a reinserção dos migrantes retornados na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro. Além disso, a cartilha elenca os programas e serviços que podem ser utilizados pelos retornados em diversas áreas como saúde, educação, trabalho e moradia. Entre os serviços, destacamos os Postos Avançados de Atendimento Humanizado aos Migrantes³, focados em acolher e atender migrantes em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2010). Os postos prestam informações em relação aos direitos e deveres dos migrantes, além de encaminhá-los para os demais serviços da rede de atendimento.

²Disponível em: <http://www.portalconsular.mre.gov.br/retorno-ao-brasil/guia-de-retorno-ao-brasil>.

³Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/redes-de-enfrentamento/postos-avancados>.



Conforme destacado por Silva (2013) em relação a essa Cartilha do MRE, “pretendeu-se, com essa iniciativa, fazerem chegar ao exterior informações sobre entidades e programas no Brasil das quais muitas vezes a comunidade brasileira não tem conhecimento” (SILVA, 2013, p. 301), e dessa maneira, beneficiar brasileiros que retornam do exterior.

Ainda, o MRE em parceria com órgãos governamentais e não governamentais instalou centros permanentes de apoio no Brasil: os núcleos de apoio a imigrantes retornados, como a Casa do Migrante em Foz do Iguaçu (2008)⁴ e o Núcleo de Informação e Apoio a Trabalhadores Retornados do Exterior (2011)⁵. No exterior, o MRE em parceria com o MTE, administra centros de apoio que orientam os trabalhadores migrantes no exterior, sobretudo aqueles que planejam retornar. O Itamaraty também promove eventos como a Semana do Trabalhador no Exterior, com o objetivo tanto de orientar os imigrantes brasileiros no exterior sobre o mercado de trabalho brasileiro, programas governamentais de apoio ao retorno, cursos de capacitação, dentre outros, e de fornecer, para aqueles que desejam permanecer no país de destino, informações trabalhistas e direitos dos imigrantes nos países em que residem (SILVA, 2013).

Em 2013, foi lançado pelo MRE o sítio eletrônico Portal do Retorno⁶, que disponibiliza informações diversas aos brasileiros que desejam retornar. Constam no site informações centralizadas sobre providências documentais antes e depois do retorno, volta ao mercado de trabalho brasileiro, empreendedorismo, finanças, previdência social, educação, assistência psicológica, saúde e serviços de apoio a retornados disponíveis.

Em relação a esses mecanismos institucionais de apoio, Silva (2013) afirma que são fundamentais para os brasileiros que retornam, já que a readaptação ao próprio país se configura em um desafio compatível com aqueles encontrados durante a estadia no exterior. Por isso, o MRE se compromete em mapear e divulgar serviços e projetos no Brasil que podem contribuir com a reintegração dos brasileiros.

⁴Disponível em: <http://www.mtps.gov.br/mais-informacoes/cni/casa-do-migrante>

⁵Mais informações em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/02/nucleo-de-apoio-a-trabalhadores-que-voltam-do-exterior-recebe-mais-de-120-pessoas-em-20-dias>

⁶Disponível em: <http://retorno.itamaraty.gov.br/pt-br/>.



Além do Portal do Retorno, o Itamaraty mantém o portal Brasileiros no Mundo⁷, cujo objetivo é promover e expandir o diálogo entre o MRE e comunidades brasileiras no exterior, compartilhando informações sobre ações do governo brasileiro que sejam de interesse dos brasileiros que residem no exterior. O site compila uma variedade de conteúdos, como uma listagem de associações brasileiras no exterior, calendário de eventos e festas comunitárias, cartilhas com informações sobre assistência consular e jurídica, tráfico de pessoas, educação, saúde, orientações para o trabalho no exterior, acordos bilaterais de previdência social, remessas e retorno ao Brasil, dentre outros temas relevantes.

A OIM, por sua vez, conta com mecanismos de apoio que buscam promover a reintegração do migrante retornado em seu país de origem, a partir de serviços e assistência que o auxiliem a se inserir no mercado de trabalho, ajuda para o desenvolvimento de pequenos negócios e também para participar de atividades de formação e capacitação (OIM, 2012a). Um dos principais programas é o Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (PRVR), cujos beneficiários são em geral grupos vulneráveis como crianças e adolescentes não acompanhados ou pessoas com necessidades especiais por motivos de doença, migrantes irregulares, solicitantes de refúgio que tiveram o pedido negado ou retirado e vítimas de tráfico humano (OIM, 2012b). Seu objetivo central é fazer com que o retorno seja sustentável e que o migrante tenha possibilidades de ser plenamente reintegrado à sua terra natal. Ainda, a OIM busca auxiliar, além dos retornados, as comunidades de origem desses migrantes, de forma a combater os fatores que levam à migração irregular.

O apoio da OIM é fornecido tanto no país de destino como no país de origem dos migrantes que pretendem retornar. No primeiro, são desenvolvidas atividades de disseminação de informações e sensibilização sobre o PRVR a partir de articulação local envolvendo associações e organizações de migrantes, organizações não governamentais (ONGs), autoridades, embaixadas e serviços públicos, além da coleta de informações sobre os países de origem e mapeamento das diásporas (OIM, 2012b). Essa divulgação também inclui “a organização de materiais audiovisuais e impressos (histórias de retorno e de reintegração) para fornecer diretamente aos migrantes as informações sobre as experiências e as condições

⁷Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/>.



para o retorno e a reintegração no país de origem” (OIM, 2012a, p. 2), inclusive por meio de canais de comunicação étnicos.

Além disso, a Organização oferece serviços de aconselhamento individualizado sobre o retorno, identificando e avaliando as necessidades desses migrantes para que seu retorno e reintegração sejam, de fato, sustentáveis. A OIM também faz toda a organização da viagem e, em trânsito, fornece assistência e acompanhamento, se necessário. Já nos países de origem, os serviços da OIM envolvem:

apoio para constituir uma atividade própria, apoio para a educação e/ou atividades de formação, busca por emprego, assistência relacionada com a saúde, alojamento temporário através de uma análise que é feita caso a caso e acompanhamento/monitoramento do processo de reintegração, para avaliar o desempenho do programa da OIM, bem como o impacto do apoio à reintegração para a vida dos retornados, suas famílias e comunidades (OIM, 2012a, p. 2).

É importante ressaltar que além da OIM, outras instituições parceiras estão envolvidas no PRVR, em nível local nos países de origem, para assegurar a sustentabilidade do retorno e à reintegração plena dos migrantes. No caso específico de brasileiros retornados de Portugal, que chegaram a ser 90% dos solicitantes de apoio do PRVR no país em 2013⁸, há uma rede local de parceiros no Brasil constituída por ONGs nos principais estados em que há retornados deste país europeu: Goiás (Projeto Resgate⁹), Minas Gerais (Centro de Informação e Assessoria Técnica – CIAAT¹⁰) e São Paulo (Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude – ASBRAD¹¹). A função dessas ONGs é “acompanhar a implementação dos planos de reintegração, tendo a missão de compartilhar com a OIM o andamento dos processos e, por isso, possuem um papel muito importante na estratégia de monitoramento” (FERNANDES *et al*, 2013, p. 19).

Por parte do MTE, destacamos o Portal Mais Emprego¹², que fornece uma possibilidade de interação dos trabalhadores e empregadores com as políticas governamentais brasileiras de emprego (SILVA, 2013, p. 302). Além disso, o portal é uma ferramenta que

⁸Ver FERNANDES, Duval et al. Fatores positivos e obstáculos para a Reintegração Sustentável no Brasil. Disponível em: <http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Retorno/pt-br/file/Vers%C3%A3o%20final%20estudo%20OIM%20em%20portugu%C3%AAs.pdf>.

⁹Mais informações em: <http://www.projektresgate.ch/main-pt/>.

¹⁰Mais informações em: <http://www.ciaatgv.com.br/noticia/convenio-entre-ciaat-e-oim-portugal-garante-assistencia-a-brasileiros-retornados>.

¹¹Mais informações em: <http://www.asbrad.com.br/>

¹²Disponível em: <http://maisemprego.mte.gov.br/portal/pages/trabalhador.xhtml>.



permite aos brasileiros residentes no exterior avaliar a possibilidade de retornar ao Brasil, considerando a sua futura reinserção laboral, a partir das oportunidades divulgadas pelo site, seja de emprego ou de cursos de qualificação. Silva (2013) considera que absorver a mão de obra brasileira que teve uma experiência migratória internacional é muito interessante para o empresariado brasileiro, devido à experiência acumulada no exterior, bem como o conhecimento em idiomas estrangeiros.

Já o MPS mantém junto ao MRE os Acordos Internacionais de Previdência Social¹³, que “tem por objetivo garantir os direitos de seguridade social previstos nas legislações dos dois países aos respectivos trabalhadores e dependentes legais, residentes ou em trânsito no país” (BRASIL, 2016b). O Brasil possui acordos multilaterais e bilaterais com diversos países, a partir dos quais os brasileiros podem contribuir para a Previdência Social mesmo estando no exterior, o que auxilia tantos os migrantes que pretendem se estabelecer definitivamente nos países de destino como aqueles que pretendem retornar ao Brasil.

Por último, destacamos o Conselho Nacional de Imigração (CNIg)¹⁴, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e instância de articulação das políticas migratórias brasileiras. O CNIg, criado pela Lei nº 6815 de 15 de agosto de 1980¹⁵, tem caráter consultivo e normativo e é composto por representantes governamentais, por empregadores e trabalhadores, constituindo-se em um importante meio de diálogo, sobretudo em relação à migração laboral no Brasil. Uma das principais iniciativas do CNIg é o Fórum de Participação Social (FPS), instituído em novembro de 2015 como um “espaço consultivo, permanente e virtual” (BRASIL, 2016d, p. 1).

O objetivo do FPS é “promover e ampliar o diálogo entre o CNIg e a sociedade civil a fim de propiciar subsídios para a construção de políticas migratórias no Brasil” (BRASIL, 2016c). Para tanto, foram estabelecidos sete eixos de discussão para orientar o trabalho do Fórum no I Diálogo com a Sociedade Civil, dentre os quais destacamos o “Eixo 7 - Emigração e trabalhadores e trabalhadoras retornados/as” (BRASIL, 2016c). O Ministério do Trabalho explica que ao retornar, os brasileiros deparam-se com uma realidade desconhecida

¹³ Disponível em: <http://www.mtpps.gov.br/assuntos-internacionais/acordos-internacionais-portugues>.

¹⁴ Disponível em: <http://www.mtpps.gov.br/mais-informacoes/cni/forum-de-participacao-social/institucional>.

¹⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815compilado.htm.



no próprio país. Por essa razão, esse grupo:

Tem a necessidade de reinserção social, no mercado de trabalho, se deparam com um choque cultural [...] entre outros elementos, o que faz com que o seu recomeço no Brasil não seja simples como havia imaginado. São necessárias políticas públicas de acompanhamento a estes migrantes brasileiros que retornam ao Brasil (BRASIL, 2016c).

O I Diálogo com a Sociedade Civil do Fórum foi planejado para acontecer em duas etapas, uma virtual e outra presencial. A etapa virtual, realizada a partir da criação de grupos virtuais divididos por eixos temáticos nos quais os participantes foram convidados a enviar e discutir propostas, teve início em maio de 2016 e se encerrou em 15 de junho do mesmo ano. De acordo com o MTE, foram recebidas, nessa etapa, 183 propostas de 332 representantes da sociedade civil para a formulação de políticas migratórias no Brasil. A etapa presencial aconteceu junto ao Fórum Social Mundial das Migrações, no dia 05 de novembro de 2016, na cidade de São Paulo, onde foram debatidas diversas questões sobre as migrações e o trabalho dos imigrantes, além da discussão sobre o aprimoramento de políticas migratórias e meios para ampliar o diálogo social na referida pauta (BRASIL, 2016d, p. 2).

No que diz respeito aos resultados da discussão sobre Eixo 7, as principais propostas estão elencadas no quadro abaixo:

Quadro 1 – Propostas do Eixo 7 – Emigração e trabalhadores e trabalhadoras retornados/as

1	<p>Criar políticas públicas e núcleos de apoio nas três esferas de poder voltados aos brasileiros e imigrantes retornados, especialmente crianças e jovens em idade escolar e mulheres. Com atividades, dentre outras:</p> <p>1) Facilitar a reinserção econômica e produtiva dos brasileiros e imigrantes retornados - como cursos de capacitação e técnicos, educação continuada, qualificação profissional, incubadoras econômicas e sociais para empreendimentos, microcrédito produtivo e orientado, criação de mecanismos de incentivo às empresas locais para contratação;</p> <p>2) facilitar a reinserção cultural e afetiva ao país por meio de um acompanhamento inicial e tratamento psicológico, quando necessário, pelo núcleo nos diversos campos da área social (por exemplo, o acesso a tratamentos de saúde, matrícula de crianças adolescentes e adultos às instituições de ensino, a revalidação de títulos, diploma e histórico escolar e reconhecimento de experiência laboral, questões de ordem previdenciária, entre outros).</p>
2	Articular as bases de informações existentes em órgãos públicos de forma a contribuir na elaboração de estudos que permitam conhecer a realidade da imigração e a emigração internacional.
3	Articular as bases de informações existentes em órgãos públicos de forma a contribuir na elaboração de estudos que permitam conhecer a realidade da imigração e a emigração internacional.
4	Possibilitar a anistia para o tempo trabalhado fora do Brasil, a partir do pagamento uma parcela mínima como contribuição previdenciária, relativo ao período de residência no exterior, para que não percam o tempo de trabalho.
5	Fortalecer o papel do CNIg junto ao MRE para dar continuidade ao encontro Brasileiros no Mundo.
6	Reeditar, com atualizações, o Guia "Brasileiras e Brasileiros no Exterior" - Informações Úteis", com destaque para informações sobre o sistema previdenciário, e disponibilizar amplamente, de maneira que efetivamente chegue às mãos das pessoas brasileiras emigrantes e imigrantes.
7	Propor ao Congresso um espaço para um representante eleito nos encontros dos Brasileiros no Exterior, para relatar a situação dos Brasileiros no exterior e apresentar as demandas dos brasileiros emigrantes.
8	Promover tratados bilaterais para regularização migratória.
9	Realizar parcerias entre os vários ministérios para prover informações diversas que sejam divulgadas na Casa do Trabalhador Brasileiro.
10	Propor parcerias com todos os órgãos governamentais que trabalham com a identificação para facilitar a atualização de todos documentos no exterior.
11	Criar um serviço de ouvidoria para avaliar os serviços dos consulados brasileiros nos países.
12	Intercâmbio de professores com os países de migração brasileira
13	Fortalecer a Casa do Trabalhador Brasileiro de forma que trabalhe em rede com outras instituições da sociedade civil que atuem no apoio aos imigrantes para disponibilizar informações sobre, entre outras coisas: aspectos do mercado de trabalho brasileiro, previdência, tráfico e contrabando de pessoas, SUS, serviço militar, oportunidade de concursos públicos, assistência de saúde para brasileiros no exterior, promover a língua e a cultura brasileira, disponibilizar listas e formas de acesso aos acordos bilaterais e multilaterais de previdência social, regularização dos documentos brasileiros em geral, em parceria com o MRE e outros ministérios promover e organizar a semana do trabalhador brasileiro e previdência social, facilitar o envio de remessas do exterior para o Brasil e alertar sobre eventuais problemas no envio por vias irregulares.

Fonte: (BRASIL, 2016d, p. 19)



Algumas reflexões

Diante do exposto, observamos que os mecanismos de apoio ao retorno que foram apresentados se constituem e se perpetuam através do estabelecimento de redes migratórias, ampliadas e difundidas cada vez mais pelo novo formato de organização social representado pela sociedade em rede. A difusão nada mais é do que o processo pelo qual ideias, informações e inovações são comunicadas através de canais, e a comunicação é o processo em que determinados atores criam e compartilham informações com algum objetivo em comum (ROGERS, 1983). Dessa maneira, esses processos representam possibilidades de redução de incertezas, por exemplo, no ato de emigrar e eventualmente de retornar.

As redes migratórias se formam por um conjunto de atores ou nós, representados por indivíduos, grupos, famílias, organizações, que se conectam por variados tipos de relação ou laços, tendo a migração como objeto principal. Conforme Campos (2015) são “redes sociais adaptadas à migração” (p. 4). O autor explica que os laços podem ser tanto os fluxos de pessoas entre territórios por algum tempo determinado, já que “migrar é entendido como um processo espaço-temporal, que envolve a mudança de residência sobre determinada distância [...] e certo período de permanência ou durabilidade” (CAMPOS, 2015, p.9), como as relações entre os atores que se referem à migração.

De acordo com Fazito (2010), o próprio fenômeno do retorno é que organiza e justifica os deslocamentos demográficos, isto é, aqueles que retornam possuem uma função primordial para a continuidade dos fluxos migratórios. O autor ainda argumenta que, a despeito de categorias tais como sucesso ou fracasso do projeto migratório culminando no retorno – o que representa uma visão limitada a respeito das migrações internacionais, visto que há uma diversidade de projetos migratórios, o que se observa de modo recorrente nas experiências migratórias é o protagonismo das redes, sobretudo familiares, que determinam tanto a emigração, como o retorno à comunidade de origem. Neste sentido, o autor ressalta o papel estruturante das redes nos processos migratórios, visto que elas são fundamentais no processo de “intermediação entre origem e destino” (FAZITO, 2010, p. 93), a partir do apoio que fornecem aos migrantes.



A nova organização social representada pela sociedade em rede, por sua vez associada ao surgimento de um paradigma tecnológico baseado em tecnologias de informação e comunicação (TIC), parece ter conferido um novo caráter às redes migratórias, ampliando a capacidade de difusão de informações dessas redes. De acordo com Castells (2006, p. 17) “a estrutura social de uma sociedade em rede resulta da interação entre o paradigma da nova tecnologia e a organização social num plano geral”. A novidade nesse contexto é a base microeletrônica em que redes tecnológicas oferecem novas competências a uma já conhecida forma de organização social, que são as redes; trazendo para o contexto deste artigo: as redes migratórias.

Considerações finais

Notamos então que com o processo de transformação estrutural da sociedade, que teve início na década de 1960, as redes migratórias se intensificaram e obtiveram maior alcance, sobretudo em relação à capacidade de difusão de informações sobre o processo migratório. A tecnologia característica da sociedade em rede foi viabilizada pela própria sociedade a partir de suas necessidades, valores e interesses.

Ainda, observamos que as instituições que trabalham com iniciativas de apoio ao migrante internacional de retorno, cujo foco neste artigo foi o MRE, o MTE, o MPS e OIM, fazem uso da tecnologia, principalmente internet, para divulgação de suas atividades na tentativa de que estas alcancem seu público alvo/ beneficiários. Exemplos são a cartilha “Guia do Retorno”, os sites “Portal do Retorno” e “Brasileiros no Mundo”, do Itamaraty; as atividades de divulgação do PRVR da OIM por meio de canais de comunicação; o Portal Mais Emprego, do MTPS, e o Fórum de Participação Social, do CNIg-MTPS, que inclusive teve sua primeira etapa realizada totalmente online, a partir de grupos virtuais.

Consideramos que essas instituições são atores (nós) das redes migratórias, cuja função é oferecer suporte ao migrante que pretende retornar. Através dos laços das redes migratórias e da possibilidade de difusão de informações que é expandida pela sociedade em rede e suas tecnologias, os migrantes e essas instituições podem se conectar, de modo que passa a ser possível acompanhar e apoiar o migrante na



concretização de seu retorno, reintegração social e laboral no Brasil. Além das instituições, destacamos também os laços interpessoais estabelecidos por vínculos sociais familiares, de amizade, de conterraneidade, entre outros, entre os migrantes e indivíduos de alguma forma relacionados com a migração que se mostram importantes na tomada de decisão de emigrar e de retornar.

Por fim, é evidente que o campo de estudos sobre redes migratórias fornece alternativas e ênfases distintas para a pesquisa sobre migrações internacionais, inclusive em relação à mensuração¹⁶ e formas de manifestações espaciais dessas redes¹⁷. Isto posto, ressaltamos que o objetivo do artigo não consistiu em esgotar a abordagem de redes migratórias, mas em oferecer uma possibilidade, dentre várias, de análise da migração internacional de retorno ao Brasil como um processo apoiado por essas redes, que por sua vez foram consideravelmente expandidas a partir da emergência da sociedade em rede.

Referências bibliográficas

ASSIS, G. O. Estar aqui..., estar lá...: uma cartografia da emigração valaderense para os EUA. In: REIS, R., SALES, T. (Org.). **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 125-166.

BOTEGA, T. CAVALCANTI, L. OLIVEIRA, A. T. (Orgs.). **Migrações Internacionais de Retorno no Brasil**. 2015. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/obmigra/migracao-de-retorno/>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Guia de retorno ao Brasil. Informações úteis sobre serviços e programas de acolhimento**. 2010. Disponível em: <<http://www.portalconsular.mre.gov.br/retorno-ao-brasil/guia-de-retorno-ao-brasil-1>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Brasileiros no Mundo. **Censo IBGE estima brasileiros no exterior em cerca de 500 mil**. 2016. Disponível em:

¹⁶ Ver FAZITO, D. A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade. Disponível em:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/gt_mig_st1_fazito_texto.pdf.

¹⁷ Ver CAMPOS, M. As redes migratórias e sua dimensão espacial. Disponível em: http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=181.



<<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/noticias/censo-ibge-estima-brasileiros-no-exterior-em-cerca-de-500-mil/>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Portal do Retorno**. 2016a. Disponível em: <<http://retorno.itamaraty.gov.br/pt-br/>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Acordos Internacionais – Português**. 2016b. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/assuntos-internacionais/acordos-internacionais-portugues>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Fórum de Participação Social**. 2016c. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/mais-informacoes/cni/forum-de-participacao-social>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Carta de São Paulo: Ampliar o papel de diálogo social na construção de políticas migratórias**. Brasília, 2016d. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/mais-informacoes/cni/forum-de-participacao-social/i-dialogos-de-participacao-social/carta-de-sao-paulo-2016>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

CAMPOS, M. As redes migratórias e sua dimensão espacial. In: ENCONTRO NACIONAL ESPAÇO, PLANEJAMENTO E INSURGÊNCIAS, 16., 2015, Belo Horizonte, MG. **Anais..** Disponível em: <http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=181>. Acesso em: 25 fev. 2016.

CASTELLS, M.CARDOSO, G. (Orgs.) **A sociedade em rede: do conhecimento à política**. Belém: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2006.

CASTELLS, M.A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, M.CARDOSO, G. (Orgs.). **A sociedade em rede: do conhecimento à política**. Belém: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2006, p. 17-30.

DURAND, J. Los inmigrantes también emigran: La migración de retorno como corolario del proceso. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, n. 26 e 27, Ano XIV, p. 167-189, 2006.

FAZITO, D. Análise de redes sociais e migração: dois aspectos fundamentais do "retorno". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 72, p.89-176, 2010.

FEATHERSTONE, M. A globalização da complexidade: pós-modernismo e cultura de consumo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, n. 32, 1996.

FERNANDES, D. CASTRO, M. C. G. Migração e crise: o retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, n. 41, Ano XXI, p. 99-116, 2013.



FERNANDES, D. et al. Relatório de Pesquisa: **Fatores positivos e obstáculos para a Reintegração Sustentável no Brasil**. Lisboa: Organização Internacional para as Migrações, 2013. Disponível em: <http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Retorno/pt-br/file/Vers%C3%A3o%20final%20estudo%20OIM%20em%20portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2016.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MASSEY, Douglas. Economic development and international migration in comparative perspective. **Population and Development Review**, v. 14, n. 3, p. 383-413, 1988.

MENEZES, M.A. Migrações e mobilidades: Repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEIXEIRA, P. E. BRAGA, A. M. C. BAENINGER, R. (Org.) **Migrações: Implicações presentes, futuras e passadas**. Marília: Editora UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

OLIVEIRA, A. T. Um panorama da migração internacional a partir do censo demográfico de 2010. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, n.40, Ano XXI, p. 195-210, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **A OIM e o apoio à reintegração**. 2012. Disponível em: <http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Retorno/pt-br/file/FACT%20SHEET%20MAD%20-%20PT%20-%20A%20OIM%20E%20O%20APOIO%20A%20REINTEGRACAO.pdf> Acesso em 15 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração**. 2012. Disponível em: <http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Retorno/pt-br/file/FACT%20SHEET%20MAD%20-PT-%20PROGRAMA%20DE%20APOIO%20AO%20RETORNO%20VOLUNTARIO.pdf> >. Acesso em 15 jun. 2016.

PEREIRA, S. SIQUEIRA, S. Migração, retorno e circularidade: Evidência da Europa e Estados Unidos. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, n. 41, Ano XXI, p. 117-138, 2013.

ROGERS, E. M. **Diffusion of Innovations**. 3ª edição. Nova York: A division of Macmillan Publishing Co. Londres: Collier Macmillan Publishers, 1983. 1983.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno. Elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia. Revista do migrante**, Número especial, 2000.



SEYFERTH, G. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 26, n. 77, p. 47-62, 2011.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, n. 53, p. 117-149, 2002.

SILVA, L. L. Políticas de Apoio aos Imigrantes Retornados: Iniciativas da Área Consular do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, n. 40, Ano XXI, p. 295-304, 2013.

SOARES, Weber. Da associação entre os retornados internacionais e os intermediários da rede migratória valaderense. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, n. 32, Ano XVII, p. 47-59, 2009.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, vol. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.